

acelerar Portugal

MAIS AMBIÇÃO, MAIS EFICÁCIA, MAIOR VALOR.

AGEFE – Associação Empresarial dos Setores Elétrico, Eletrodoméstico, Eletrónico e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Os desafios da geopolítica e das alterações climáticas tornam ainda mais necessário o crescimento e o desenvolvimento sustentável. Por isso, a AGEFE apresenta 3 prioridades e 9 recomendações ao poder político.

Numa pequena economia aberta como a portuguesa, a mudança de paradigma na energia e a nova vaga de digitalização da atividade económica têm um elevado potencial. A transição energética e digital tem que ser mais do que uma transição. Tem de transformar a energia e o digital, em fatores de competitividade e desenvolvimento.

Para concretizar o potencial desta dupla transição - para que possa ser uma alavanca para o crescimento - é necessária mais ambição, mais rapidez e mais eficácia. É preciso que as estratégias e os planos sejam consequentes e que a mobilização de instrumentos e recursos seja ágil, expedita e adequada.

Ao mesmo tempo, é fundamental construir e manter um enquadramento institucional favorável à inovação e à criação de valor.

A indústria eletrodigital disponibiliza muitas das soluções, competências e conhecimento necessários para acelerar Portugal e para vencer um triplo desafio:

1. Criar energia verde e competitiva e promover o consumo sustentável;
2. Ativar o digital para gerar mais valor;
3. Transformar o Estado num aliado do crescimento e da inovação.

CRIAR ENERGIA VERDE E COMPETITIVA E PROMOVER O CONSUMO SUSTENTÁVEL

A eletrificação, a eficiência energética, as energias renováveis e a descentralização (da produção, distribuição e armazenamento de energia) criam condições para reduzir a dependência energética do país, aumentar a competitividade das empresas e aliviar a fatura energética das famílias.

Recomendação 1

Privilegiar a descentralização do sistema energético e a abertura do mercado a mais atores, com o reforço e agilização dos incentivos para o autoconsumo, a promoção de novas formas de transação de energia e a antecipação de investimentos na modernização e digitalização da rede.

Recomendação 2

Fortalecer a aposta na eficiência energética como eixo essencial para a melhoria da produtividade, para a descarbonização dos consumos e dos edifícios e para diminuição da fatura energética dos portugueses.

Recomendação 3

Acelerar a adoção da Mobilidade Elétrica, com a redefinição do modelo organizativo, o reforço dos incentivos e a revisão das regras aplicáveis às infraestruturas de carregamento.

Recomendação 4

Promover a qualidade e garantir a segurança das instalações elétricas, com mais atenção pública ao equipamento e material, com a autonomização dos projetos e das empreitadas de especialidade e com maior apoio à renovação das instalações.

ATIVAR O DIGITAL PARA GERAR MAIS VALOR

O crescimento da economia digital facilita o acesso a mercados externos e a escalabilidade dos modelos de negócio, produtos e serviços, cria oportunidades de captação e fixação de investimentos em atividades de valor acrescentado e traz novos vetores de eficiência, informação e decisão.

Recomendação 1

Induzir um maior ritmo de digitalização das empresas e da segurança das redes e sistemas, com o reforço e agilização dos incentivos para investimento na infraestrutura, equipamentos e soluções necessárias à transição.

Recomendação 2

Promover uma economia hipertransacionável de base digital, com o estímulo à criação de empresas, captação de investimento e fixação de atividades de I&D de forte intensidade digital, incluindo IA.



TRANSFORMAR O ESTADO NUM ALIADO DO CRESCIMENTO E DA INOVAÇÃO

A qualidade do processo político-legislativo e a adequação da intervenção do Estado na economia são instrumentais para mitigar custos de contexto, imprimir dinamismo à atividade económica e melhorar a competitividade do país.

Recomendação 1

Fortalecer o compromisso do Estado com Compras Públicas Estratégicas, através do reforço da (in)formação, recursos e incentivos.

Recomendação 2

Aumentar a visibilidade sobre as iniciativas legislativas e regulamentares e valorizar a participação e o envolvimento da sociedade civil no processo legislativo.

Recomendação 3

Melhorar a intervenção e abordagem do Estado na regulamentação da atividade económica, com regras mais claras, menos burocracia e mais harmonização com a Europa.

O presente é eletrodigital, o futuro ainda mais. Pode conhecer estas propostas em mais detalhe, na Agenda para Acelerar Portugal disponível em www.agefe.pt.